

**AValiação de Conhecimento do Estatuto da Criança e
Adolescente- CMDCA Conselheiro Mairinck-PR
Edital 001/2023 Eleição Unificada para Conselho Tutelar**

NOME CANDIDATO: _____

Nº DO RG: _____ **ASSINATURA** _____

INFORMAÇÕES GERAIS

1. Você receberá do fiscal de sala o material descrito a seguir:

- A. este Caderno de Questões Objetivas, com 20 (vinte) questões de múltipla escolha;
- B. um Cartão de Respostas destinado às respostas das questões objetivas formuladas na prova.

2. Ao receber o Cartão de Respostas você deve:

- A. conferir seu nome e anotar o número de seu documento;
- B. ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas;
- C. assinar o Cartão de Respostas, no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta.

3. As questões são identificadas pelo número que se situa antes do seu enunciado.

4. Durante a aplicação da prova não será permitido:

- A. qualquer tipo de comunicação entre os examinandos;
- B. levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
- C. portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, notebook, receptor, gravador ou máquina fotográfica ou equivalente.

5. Não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.

6. Reserve tempo suficiente para marcar seu Cartão de Respostas.

7. Para fins de correção do Cartão de Respostas, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no Cartão de Respostas.

8. No Cartão de Respostas, para cada questão, assinale apenas uma opção, pois atribuir-se-á nota zero a toda questão com mais de uma opção assinalada, ainda que dentre elas se encontre a correta.

9. O Cartão de Respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado nem pode conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.

10. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchida e assinada ao fiscal da sala. Aquele que descumprir esta regra será ELIMINADO.

1) Leia atentamente os enunciados abaixo e assinale a alternativa correta:

I. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata a Lei;

II. É dever da família e da sociedade, tão somente, assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida e à saúde;

III. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais;

IV. O ECA é o marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

- (A) Se somente I e II estiverem corretas;
- (B) Se I, II e III estiverem corretas;
- (C) Se todas estiverem corretas;
- (D) Se I, III e IV estiverem corretas.

2) Assinale a alternativa correta:

(A) O Conselho Tutelar é um órgão estadual responsável por cuidar dos direitos da criança e do adolescente;

(B) O Conselho Tutelar não é um órgão permanente, ou seja, pode ser extinto, possui autonomia funcional, e está subordinado a um órgão estatal;

(C) O Conselho Tutelar é apenas um órgão zelador;

(D) O Conselho Tutelar tem competência para aplicar medidas judiciais, podendo julgar alguns casos e age como órgão correcional.

3) Complete a lacuna corretamente e assinale a alternativa correta:

Dentre várias atribuições do Conselho Tutelar, uma é a de encaminhar _____ notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente:

- (A) Ao Ministério Público;
- (B) À Casa de Assistência ao menor;
- (C) Ao Juiz da Comarca;
- (D) À Delegacia Municipal.

4) É assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde, por intermédio:

- (A) Do Estado;
- (B) Do Município;
- (C) Dos hospitais;
- (D) Do Sistema Único de Saúde.

5) As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento:

- (A) À Justiça da Infância e da Juventude;
- (B) Ao Conselho Tutelar;
- (C) Ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social;
- (D) À Família substituta.

6) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária, não se prolongará:

- (A) Por mais de 2 (dois) anos;
- (B) Por mais de 18 (dezoito) meses;
- (C) Por mais de 1 (um) ano;
- (D) Por mais de 120 (cento e vinte) dias .

7) São medidas protetivas previstas na Lei Nº 8.069/50 (ECA) aplicáveis sempre que os direitos assegurados à criança e ao adolescente forem ameaçados ou violados, EXCETO:

- (a) Inclusão em programa oficial comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.
- (b) Colocação em família substituta.

- (c) Internação em estabelecimento educacional.
- (d) Acolhimento institucional da criança e do adolescente..

8) Considerando os eixos de sustentação da doutrina de proteção integral, assinale a alternativa que contém APENAS órgãos que atuam na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes:

- (a) CRAS, Conselho Tutelar e Conselho de Direito da Criança e do Adolescente.
- (b) Ministério Público, Conselho Tutelar, Creches.
- (c) Ministério Público, Vara da Infância e adolescência e Conselho de Direito da Criança e do Adolescente.
- (d) Vara da Infância e adolescência, Ministério Público, Conselho Tutelar.

“Para o Estado brasileiro “criança” é uma pessoa de até 12 anos incompletos e adolescentes” de 12 a 18 anos. Excepcionalmente, nos casos previstos em lei, o ECA pode ser aplicado às pessoas de entre 18 e 21 anos. Com a criação do ECA, as crianças e os adolescentes começam a adquirir direitos e deveres garantidos por lei e reconhecidos assim pois entendeu-se que tal como os adultos, eles são sujeitos que compõem a sociedade. Porém, são vulneráveis no sentido de que essa fase representa muito no desenvolvimento social, psicológico e físico do indivíduo.

9) Considerando as principais decisões do ECA em relação as crianças, assinale a única alternativa falsa.

- (a) Estabelece a “Absoluta prioridade” à efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
- (b) Por “absoluta prioridade” significa que se não houver idosos presentes, a criança e o adolescente terá preferência para receber proteção e socorro, assim como a precedência de atendimento nos serviços públicos.
- (c) Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

(d) Cabe aos pais o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores. Igualmente, os pais têm a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino.

10) No que se refere ao direito à liberdade, ao respeito e à dignidade expressos no ECA, assinale a alternativa incorreta.

(a) Crianças e Adolescentes tem o direito de ir, vir e estar nos logradouros públicos e comunitários, apenas acompanhados de pais ou responsáveis.

(b) Crianças e adolescentes tem o direito de brincar, praticar esporte e divertir-se.

(c) Crianças e adolescentes tem o direito de expressar suas opiniões.

(d) Tem o direito de participar da vida política, na forma da lei.

11) Durante um plantão noturno no Conselho Tutelar, chega a denúncia de que algumas crianças estavam supostamente sozinhas em uma residência, devido ao fato de estarem chorando e gritando. Imediatamente, os conselheiros se deslocaram para o local indicado, onde se depararam com quatro crianças, de 1 ano, 2 anos, 4 anos e 6 anos, sozinhas, sujas e sem alimentação. Ao perguntar sobre o paradeiro dos pais, o conselheiro obteve a resposta de que eles haviam saído há várias horas, sem dizer onde iam. Diante dos fatos narrados e com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa que apresenta a providência ADEQUADA a ser tomada pelos conselheiros tutelares.

(a) Acolher institucionalmente as crianças, fazendo comunicação do fato a autoridade judiciária, no prazo de 24 horas.

(b) Levar o fato ao conhecimento da Defensoria Pública do município.

(c) Permanecer na residência, cuidando das crianças, até que a mãe retorne.

(d) Levar as crianças para a sede do Conselho Tutelar, onde deverão permanecer até serem encaminhadas ao juiz da Vara da Infância e Juventude.

12) Na hipótese de uma professora do ensino fundamental suspeitar que um dos seus alunos, de 8 anos de idade, vítima de agressões físicas,

deverá a mesma realizar comunicação:

- (a) Ao Juízo da Infância e da Juventude.
- (b) Autoridade policial, que deverá instaurar inquérito policial.
- (c) Ao Conselho Tutelar da localidade.
- (d) Ao Ministério Público.

13) Suponhamos que Magda lesionou gravemente sua filha de onze anos de idade, após ter descoberto que a mesma não era mais virgem. Nessa situação hipotética, sabendo-se que o crime de lesão corporal grave é punido com pena de reclusão, tendo havido a condenação de Magda, prevê o ECA que:

- (a) Será garantido à filha de Magda a convivência com sua genitora, por meio de visitas periódicas, que deverão ser promovidas pelo responsável ou, na hipótese de acolhimento institucional, pela entidade responsável, desde que haja autorização judicial.
- (b) Magda continuará, mesmo reclusa, a exercer o seu poder familiar.
- (c) Magda perderá o direito de convivência com a filha durante o cumprimento da pena.
- (d) Haverá a destituição do poder familiar de Magda.

14) Carlos, com 19 anos de idade, e Cláudia, com 35 anos de idade, convivem em união estável, pretendendo, ambos, adotar a pequena Maria, com 2 anos de idade. Maria é filha biológica de Roberta, irmã de Cláudia, sendo desconhecido o pai biológico de Maria. A genitora da infante, por sua vez, foi destituída do seu poder familiar, motivo pelo qual a guarda da menor foi conferida ao casal Carlos e Cláudia. Um mês após ingressar com a ação de adoção Carlos faleceu, vítima de um infarto fulminante, sendo que não havia o casal providenciado sua inscrição junto ao cadastro de adoção. Nessa situação, de acordo ao que dispõe o ECA .

- (a) A ausência de inscrição no cadastro, nesse caso, não impede o deferimento da adoção ao casal.
- (b) Cláudia encontra-se impedida de adotar, em virtude do parentesco com a

menor.

(c) A adoção será deferida somente à Cláudia, por conta da ausência do requisito da diferença mínima de idade exigida pela lei entre Carlos e Maria.

(d) A adoção depende da autorização da mãe biológica da menor.

15) Analise as seguintes assertivas, todas relativas ao Estatuto da Criança e do Adolescente:

I. O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 anos.

II. Só podem adotar os maiores de 21 anos, independentemente do estado civil.

III. Toda criança ou adolescente que estiver incluída em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada seis meses.

IV. A permanência de criança ou adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 5 anos, salvo comprovada necessidade.

V. Toda criança e adolescente tem o direito a ser educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

A partir dessa análise, pode-se concluir que estão CORRETAS apenas.

- (a) I, II e III.
- (b) I, III e V.
- (c) I, IV e V.
- (d) II, IV e V.

16) Segundo a lei 8.069/90, as entidades de atendimento que desenvolvem programas de abrigo para criança e adolescente devem:

- (a) Providenciar, quando possível, a transferência de grupo de irmãos desmembrados para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados.
- (b) Evitar o contato das crianças e adolescentes abrigados com a família de origem.
- (c) Preservar os vínculos familiares, dar atendimento personalizado a pequenos grupos, bem como desenvolver atividades em regime de coeducação.
- (d) Participar da vida política da localidade onde se encontram inserida.

17) Conforme dispõe o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8.069/90, na hipótese de concessão de remissão, pelo Ministério Público, poderá ser aplicada qualquer das medidas previstas no estatuto, com EXCEÇÃO de:

- (a) Internação e colocação em regime de semi-liberdade.
- (b) Liberdade assistida e internação.
- (c) Prestação de serviços à comunidade e semi-liberdade.
- (d) dvertência e reparação do dano.

18) As entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no _____ , o qual comunicará o registro ao _____ e à autoridade judiciária da respectiva localidade. As lacunas acima indicadas estarão CORRETAMENTE preenchidas com os respectivos órgãos:

- (a) Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- (b) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- (c) Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar.
- (d) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar.

19) As decisões do Conselho Tutelar, conforme reza o Estatuto da Criança e do Adolescente, poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido

- (a) Do Ministério Público e entidade de acolhimento institucional.
- (b) Somente do Ministério Público.
- (c) De quem tenha legítimo interesse.
- (d) De quem tenha legítimo interesse e do Ministério Público.

20) No que concerne às medidas socioeducativas, indique a alternativa INCORRETA:

- (a) A prestação de serviços à comunidade será fixada pelo prazo mínimo de seis meses.
- (b) Na hipótese de aplicação da medida socioeducativa de liberdade assistida não é obrigatória a intimação pessoal do adolescente.
- (c) As medidas socioeducativas de privação da liberdade estão sujeitas ao princípio da brevidade, excepcionalidade e respeito à peculiar condição de pessoa em desenvolvimento.
- (d) A medida de semiliberdade possibilita a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

**GABARITO AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTO DO ESTATUTO D CRIANÇA
E ADOLESCENTE- ECA.**

**PROCESSO ELEIÇÃO UNIFICADA PARA CONSELHO TUTELAR
EDITAL 001/2023- CMDCA DE CONSELHEIRO MAIRINCK- PR 17/06/2023**

RASCUNHO

QUESTÃO				
1	A	B	C	D
2	A	B	C	D
3	A	B	C	D
4	A	B	C	D
5	A	B	C	D
6	A	B	C	D
7	A	B	C	D
8	A	B	C	D
9	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D